

PLANO DE SAÚDE

# Atendimentos via IPE podem ser barrados

CARLOS ROLLSING

carlos.rollsing@zerohora.com.br

A crise na relação entre os prestadores de serviços hospitalares e o IPE Saúde abriu, ontem, uma ameaça formal de ruptura que poderá impactar a vida de cerca de 1 milhão de usuários do plano de servidores estaduais do Rio Grande do Sul. Hospitais filantrópicos, beneficentes e santas casas decidiram, em conjunto, dar prazo de 24 horas para o governo estadual suspender três novas tabelas de remuneração usadas pelo IPE Saúde para pagar os prestadores de serviços. Os novos valores, na combinação entre eles, representam queda de receita para as instituições.

A notificação foi entregue no início da tarde na Casa Civil do Palácio Piratini, endereçada ao governador Ranolfo Vieira Júnior. Caso as normas não estejam anuladas no prazo, cerca de 40 hospitais do Estado irão suspender o atendimento eletivo a segurados do IPE Saúde. Com isso, as quatro dezenas de instituições que fizeram o acordo, algumas delas de grande porte, não vão mais aceitar consultas e cirurgias eletivas para conveniados do IPE Saúde. Serão mantidos apenas os atendimentos de situações de emergência, com risco iminente de morte, e de pacientes já em tratamento para doenças crônicas.

A decisão foi tomada em reunião na manhã de ontem, em Porto Alegre, coordenada pela Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do RS e pela Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no RS (Fehosul). Horas depois, o governo do RS informou que agendou reunião "com a federação dos hospitais para sexta-feira" e que espera que, até lá, todos os atendimentos sejam mantidos normalmente.

A medida dos hospitais é uma resposta à direção do IPE Saúde, que na quinta-feira passada colocou em vigor três novas tabelas de remuneração para pagamento dos prestadores de serviço pelo uso de medicamentos, pelas diárias de internações e taxas de infusão para tratamentos oncológicos. As duas últimas foram corrigidas para cima, mas o peso maior é da nova tabela de medicamentos, que sofreu revisão em 437 itens, com redução

média nos valores de 20,76%.

No cotejo entre as três novas tabelas, conforme cálculos do próprio IPE Saúde, a queda de receita anual para os hospitais credenciados será de R\$ 60 milhões. A situação, somada a uma dívida vencida do IPE Saúde de cerca de R\$ 600 milhões com os prestadores de serviço, levou à decisão de rejeitar atendimento caso as exigências não sejam observadas.

## Exigência

A condição das entidades para evitar desassistência, além da anulação das portarias do IPE Saúde que trouxeram as novas tabelas de remunerações, é discutir o equilíbrio econômico-financeiro na relação.

– As duas entidades representam a totalidade dos prestadores de serviço do IPE Saúde, incluindo 315 hospitais, clínicas e laboratórios credenciados, com exceção dos médicos, que são representados por conselhos, sindicatos e associações. Vamos pedir ao governador que revogue em 24 horas as portarias que tratam das remunerações, sob pena de suspensão dos atendimentos eletivos. Na 25ª hora após o comunicado, estará suspenso o atendimento. Estamos pedindo que o governador se interesse diretamente pelo assunto para evitar desassistência a 1 milhão de usuários – declarou Cláudio José Allgayer, presidente da Fehosul.

A suspensão do atendimento eletivo, se confirmada em 24 horas, começará somente por 40 hospitais que participaram da reunião de ontem, não atingindo as demais instituições nem as clínicas e laboratórios.

As entidades afirmam que, historicamente, suportaram referências de preços defasadas em diversos itens da relação comercial com o IPE Saúde, alegando que a remuneração pelos medicamentos era o que cobria o desequilíbrio. Já a direção do plano de saúde do governo estadual diz que as remunerações pelos medicamentos continham preços acima dos de mercado, inclusive com apontamentos do Ministério Público. A autarquia afirma que os preços atualizados estão de acordo com os de mercado e com os praticados pelos planos de saúde privados.

A decisão, embora implique em

risco real de desassistência aos segurados, foi menos drástica do que o descredenciamento. Nessa hipótese, que é aventada pelas entidades representativas dos hospitais desde março, os contratos com o IPE Saúde entrariam em processo de rompimento, e os atendimentos de toda ordem seriam cancelados.

– Vamos solicitar que o governador reative em alto nível um grupo de trabalho para fazer uma negociação séria tentando casar as pretensões do governo e dos hospitais – disse Allgayer, indicando desgaste na relação com a direção do IPE Saúde.

## Posicionamento

### O QUE DIZ O GOVERNO DO RS

"O governo do Estado agendou reunião com a federação dos hospitais e seus representantes para a próxima sexta-feira (3/6), às 10h, no Palácio Piratini, para avançar na discussão sobre a viabilidade econômica-financeira do IPE Saúde. O governo espera que os atendimentos aos beneficiários do IPE Saúde sigam normalmente até lá. A nova tabela de medicamentos adotada pelo IPE Saúde, foco de contestação por hospitais, é condizente com as práticas de mercado. O instituto ajustou a valores praticados por outras operadoras. A adoção da tabela própria de medicamentos ocorreu em função de constatação do Ministério Público Estadual de que o IPE pagava mais por determinados itens. Essa medida e outras que estão em andamento são necessárias para o reequilíbrio financeiro do instituto, que busca ações com foco na redução do passivo e na qualificação do atendimento aos usuários".

Além da nota acima, em 27 de maio, o presidente do IPE Saúde, Bruno Jatene, havia reconhecido o impacto da nova tabela de medicamentos, porém alegou que a medida está dentro das referências usadas até pelo setor privado. Além disso, citou que o IPE iria destinar parcela extraordinária de R\$ 150 milhões, com depósito marcado para ontem, para quitar contas com credenciados.

Veja as instituições que subscrevem a notificação entregue ao governo em [gzh.rs/lisip](https://gzh.rs/lisip)



**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Economia **Página:** 16